

ESPACO | SOCIALISTA

Nº 66 - 01 de março a 31 de março de 2014

Contribuição: R\$ 1,00

Organização Marxista Revolucionária

NOS 50 ANOS DO GOLPE MILITAR: UNIDADE NA LUTA CONTRA A REPRESSÃO



Ditadura militar, 1964-1985



São Paulo, ato contra a Copa, 2014

POR UMA CAMPANHA NACIONAL E UNIFICADA CONTRA A REPRESSÃO

50 ANOS DO GOLPE MILITAR

DITADURA OU DEMOCRACIA BURGUESA AUTORITÁRIA?

ENTREVISTA COM O OPERÁRIO SEVERO SOBRE A RESISTÊNCIA A DITADURA

A ESCALADA DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

GREVE DA CNTE: OPORTUNISMO

DITADURA, REPRESSÃO E A IMPORTÂNCIA DA JUVENTUDE SE ORGANIZAR

AS DITADURAS NA AMÉRICA LATINA NOS ANOS 70

POR UMA CAMPANHA NACIONAL E UNIFICADA CONTRA A REPRESSÃO

Por uma campanha nacional e unificada contra a repressão!!

No próximo dia 31 de março completam 50 anos do golpe militar no Brasil. Foram anos de prisões, repressão, torturas, assassinatos e um sem número de exilados. Ao contrário daquilo que a mídia tenta passar, foi uma ditadura feroz.

Esta ditadura começou a ruir no final da década de 70, primeiramente com a campanha pela anistia, ampla, geral e irrestrita com o movimento estudantil tomando várias iniciativas. Em 1978 entraria em cena a classe mais temida pela burguesia e pela ditadura, a classe operária. As greves no ABC paulista logo se tornaram referência para os trabalhadores do país. De greve em greve, enfrentando a repressão do exército, a televisão, a poderosa FIESP (Federação das Indústrias de São Paulo) os movimentos foram minando a ditadura e conquistando na luta as liberdades democráticas.

Já na década de 80, mais greves operárias (incluindo uma geral, que parou as principais cidades do país) e depois a campanha das diretas derrotaram por fim os militares. Por uma saída negociada, em 1985 os milicos deixam o planalto e transferem o poder para Sarney (Tancredo, que seria o titular, morre um dia antes de tomar posse).

Quase 30 trinta após o “fim da ditadura” a repressão policial contra as manifestações volta à ordem do dia. Desde junho de 2013 os governos estaduais e o federal (PT, PSDB, PMDB, etc) passaram a mobilizar milhares de policiais para tentar conter as manifestações, com prisões, processos, inquéritos policiais, tudo isso combinado com uma campanha pela mídia burguesa de ataques aos manifestantes, tratando-nos como vândalos.

O ápice das ações repressivas aconteceu no ultimo dia 22 de fevereiro quando a PM paulista prendeu mais de 260 pessoas “preventivamente” e para averiguação. Essa ação é tão escandalosa que mesmo no atual ordenamento burguês esse tipo de prisão é ilegal.

Pessoas foram presas pelo simples fato de estarem na manifestação.

O ocorrido demonstra a gravidade da situação e do peso da repressão sobre os movimentos sociais. O risco de prisões mais severas e condenações contra militantes são iminentes. Sabemos que o aparato repressor do Estado burguês forja provas, cria novas leis para enquadrar como crime as lutas sociais e também conta com a mídia para criar clamor social e legitimar a perseguição aos que lutam.

A chamada democracia burguesa no Brasil tem características cada vez mais autocráticas e com limitações das liberdades democráticas. Garantir a realização da Copa do mundo é só mais uma desculpa, até porque depois dela o aparato repressivo não vai ser dissolvido, pelo contrário, vai ser mantido. A compra milionária de blindados equipados com jato de água (colorida para identificar os militantes depois), bombas de gás lacrimogêneo e pimenta não é para uso só na Copa, mas para aumentar o patrimônio da repressão.

Essa onda repressiva vai além das ações policiais. As notícias são de vários processos administrativos contra ativistas e dirigentes sindicais do serviço público, inclusive alguns com indicação de demissão só por conta de trabalhadores terem lutado contra o assédio moral no local de trabalho. Nas empresas privadas o instrumento é a demissão. Nas universidades há todo tipo de perseguição contra estudantes e professores.

Dentro desse quadro é urgente a realização de uma campanha nacional e unificada de todas as forças de esquerda contra a repressão.

É preciso tomar as ruas,

ganhar a classe operária para resistir à repressão, fazer uma grande campanha de massas, sob pena de – sem resistência – a repressão aumentar ainda mais a sua força. E neste momento fortalecer a convocação do ato contra a Copa do dia 13 de março em São Paulo é fundamental

Entendemos que essa campanha passa pela realização de atos de rua; organização de comitês regionais e estaduais contra a repressão; os sindicatos e demais entidades de luta disponibilizarem atendimento jurídico e financeiro (constituir um fundo) para a luta contra a criminalização; seminários; que as entidades façam vídeos; cartazes e panfletos para serem lançados às mídias e aos locais de trabalho, estudo e estações, etc.; que as entidades abordem esse tema permanentemente em seus materiais entre outras sempre bem-vindas atividades.

Neste sentido o Espaço Socialista já se coloca a disposição para participar e ajudar a organizar essa campanha contra a repressão.

√ Contra a repressão!

√ Contra a criminalização dos movimentos sociais e pelo direito de greve!

√ Contra as prisões de ativistas e lutadores!

√ Arquivamento já de todos os processos criminais e administrativos persecutórios aos que lutam!



EXPEDIENTE

Este jornal é editado mensalmente sob responsabilidade da coordenação nacional do Espaço Socialista. Os textos assinados não necessariamente expressam a opinião da organização.

CONTATOS

www.espacosocialista.org
espacosocialista@hotmail.com

Siga-nos no face

facebook.com/espacosocialista

50 ANOS DO GOLPE MILITAR NO BRASIL



No dia 31 de março desse ano, a ditadura militar brasileira terá completado cinquenta anos. Essa data deve marcar uma série de reflexões e de debates no país. Essas reflexões, que já há algum tempo acontecem na historiografia e na filosofia, têm ficado restritas a um discurso sobre o uso da tortura, os direitos humanos ou os abusos de poder por parte dos militares e o apoio ou não da classe média. Essas reflexões são muito relevantes, mas precisamos refletir, no entanto, também sobre o caráter capitalista-imperialista que nos levou à ditadura brasileira e às outras ditaduras na América do Sul.

É preciso, para uma análise mais precisa, colocar o golpe militar brasileiro no contexto histórico de meados do século XX, onde a bipolarização do mundo entre capitalismo e regime “socialista” do leste europeu disputavam áreas de influências e algumas revoluções aconteciam ou pareciam estar por vir. A América Latina, que desde a Doutrina Monroe (a América para os americanos) estava sob o controle da águia americana, viveu entre as décadas na segunda metade do século XX várias ditaduras. Isso é mais uma evidencia de que o golpe militar no Brasil não foi uma decisão isolada de militares autoritários e com sede de sangue, foi antes uma decisão orquestrada por interesses de setores da burguesia nacional e internacional, com apoio dos EUA, com participação direta do coronel americano Vernon Walters e a total aprovação da USAID (Agência dos Estados Unidos para o desenvolvimento internacional).

Em um contexto de guerra fria e com o recente sucesso da revolução cubana, toda e qualquer medida de caráter nacionalista ou que se opusesse minimamente à lógica do capitalismo de mercado se tornavam uma ameaça aos planos do capitalismo internacional. As reformas de base, propostas pelo populista João Goulart estavam entre

essas “ameaças”. Jango não era um socialista, jamais propôs uma revolução popular, mas suas propostas de reforma bancária e tributária, embora não fossem radicais, eram contrárias aos interesses de um capitalismo que não poderia mais garantir nenhum bem estar social, que deveria ser voltado exclusivamente para a eficiência do mercado.

João Goulart jamais falou em construir um país socialista, nem tentou dar golpes, suas propostas de reforma não eram anticonstitucionais e contavam com apoio de alguns setores da sociedade, sobretudo de estudantes. O Brasil vivia um clima democrático, e essas reformas eram amplamente debatidas nas ruas. A reforma agrária não representaria uma ameaça ao agronegócio, nenhuma das reforma mexeriam no “sagrado direito” à propriedade privada dos meios de produção. Essas reformas, se não eram um passo para o socialismo, também estavam longe de coadunar com os interesses do capitalismo imperialista, do ponto de vista do capital internaciona. O estado aos moldes varguistas baseado no trabalhismo e em políticas nacionalistas representavam um entrave às possibilidades de expansão de lucro.

Esse certamente não foi o argumento utilizado pelos militares e pelas elites para justificar o golpe. A moral burguesa-cristã jamais aceitaria reconhecer que mudava as regras do jogo porque com o fascismo se produziria mais lucro e se continuaria a impedir os mais pobres de estudar e de ter acesso à terra. Como sempre, foi utilizada uma retórica maniqueísta e moralista “a ameaça dos terríveis comunista”. Dessa forma, uma reforma agrária que distribuiria terras sem dono e improdutivas se tornou no discurso burguês na violenta “vão tomar o seu pedaço de terra conseguida com mérito”. Com o apoio dos seguimentos ultraconservadores da sociedade, a Marcha com Deus pela Família e a

Liberdade reunia mais de 500 mil pessoas. O golpe do dia 31 de março estava montado, contou com o apoio de vários governadores, empresários e órgãos internacionais.

Os interesses econômicos logo ficaram evidentes no novo papel das estatais com os governos militares. A vida se tornou mais cara para todos, e isso não se devia apenas à dívida externa contraída por JK (argumento sempre utilizado como bode expiatório), mas porque as estatais agora precisavam dar lucros, serviços ligados ao petróleo e a energia tiveram um aumento bastante substancial. Durante todo o regime militar os salários dos servidores públicos cresceram menos do que a inflação, o que acarretou um empobrecimento desses servidores. A suposta forma de combater a inflação pensada pelos ministros da fazenda Otávio Gouveia de Bulhões e do planejamento Roberto Campos durante o governo de Castelo Branco, se tornava uma força bastante eficiente de sucatear a saúde, a educação e outros serviços públicos.

O regime que se autodenominava de revolução democrática e prometia eleições em 1965 deu mais um golpe e em 1967, mostrando o seu lado mais violento com a chegada da linha dura ao poder. O general Artur da Costa e Silva não poupou esforços no combate aos comunistas, aos guerrilheiros, e a todo e qualquer pensamento de esquerda.

Enquanto parte de classe média brasileira era seduzida pelo chamado milagre econômico, resultado de uma verdadeira injeção de capital estrangeiro, com a chegada de algumas empresas multinacionais que aqui se estabeleciam se aproveitando dos baixos salários e da inexistência de sindicatos livres, a esquerda procurava meios de combater um dos períodos mais violentos da nossa história. Na legitimidade era impossível fazer o combate, pois com o

bipartidarismo haviam apenas o partido dos militares, ARENA, e a oposição consentida, o MDB. Os partidos comunistas foram decretados ilegais. Ainda influência das revoluções cubana e chinesa, a estratégia da luta armada se tornava mais que uma alternativa possível.

A estratégia de guerrilha de Che Guevara parecia aos militantes do PC do B (dissidência do PCB) uma via plausível.

A luta armada seguiu em duas frentes, no interior com a batalha do Araguaia e na guerrilha urbana. A ideia do Araguaia como ponto estratégico foi um erro, a distância das massas e a falta de comunicação com a sociedade deixou isolados os revolucionários que foram facilmente vencidos pelas forças do exército. A guerrilha urbana de Carlos Marighela foi mais incômoda à ditadura e mais difícil de ser vencida, não havia um plano perfeito por parte dos militares, não poderiam usar tanques de guerra nas ruas, precisaram usar a inteligência para capturar e matar as lideranças comunistas.

Marighela foi morto, os guerrilheiros do Araguaia torturados, presos, mortos, a ditadura sanguinária usou do extremo da violência e essa prática marca até hoje a nossa polícia. O discurso ideológico da mídia, que precisava transformar comunista em terrorista, revolucionário em bandido, e ditador em “homem de bem” também encontra seus ecos nos programas policiais de fim da tarde atualmente.

A violência dos militares se tornou tão incontrollável e sádica que atingiu os conservadores da classe média. Com o fim do “milagre” econômico e a ausência de liberdade individual e política se tornando cada vez mais evidentes, a ditadura mostrava a sua cara fascista. O caminho para a redemocratização partiu de estudantes e trabalhadores do campo e da cidade país afora. A abertura “lenta e gradual” de Geisel era o embuste dos milicos para manter o regime.

No percurso para a democratização e com a derrota da luta armada, as organizações de esquerda começaram a priorizar a luta pela abertura política,

adiando assim o discurso do socialismo e das transformações sociais. A revolução deixava seu caráter social e se restringia à esfera política. Com o intuito de fortalecer o combate à ditadura e defender a democracia, construiu-se uma luta conjunta e ampla pela aprovação da Emenda Dante de Oliveira (MDB) que estabelecia eleições diretas para presidente em 1985. A campanha “diretas já”, que começa vinte anos após o golpe, envolvia artistas, políticos de

várias colorações e tendências, intelectuais e até setores progressistas da igreja católica.

A emenda Dante de Oliveira não foi aprovada. Mesmo assim em 1985 com a eleição de Tancredo Neves, o primeiro civil a ser presidente desde o golpe, o regime militar tinha fim. Com a democratização houve ganhos sim, para os trabalhadores, lutar na democracia burguesa é sempre melhor que em um regime fascista.

Não podemos ser anacrônicos e querer agora julgar e mostrar o dedo na cara daqueles que lutaram, morreram e foram torturados pelos milicos. Precisamos, contudo, aprender com a história. Os principais erros da esquerda nesse período estão centrados em uma leitura romântica e parcial da realidade. A vontade de fazer a revolução não significa que temos base política para isso, não basta pegar em armas para ter o apoio das massas; a vanguarda precisa estar próxima das massas e não em um mundo à parte.

Devemos defender sempre a democracia no sentido mais pleno do termo, a democracia e o socialismo são sinônimos, pois somente com o socialismo o trabalhador decide sobre seu trabalho, somente no socialismo há liberdade; a substituição, no Brasil, da ditadura pela democracia burguesa deixou muito claro como o capitalismo convive bem com os dois regimes, e pode sempre recorrer ao fascismo quando precisar, um exemplo disso é o DEM (democratas), o partido que já foi chamado de PFL, era o antigo ARENA, partido da ditadura. A democracia burguesa elegeu torturadores como Sergio Paranhos Fleury, permitiu Collor, que sempre foi a favor da ditadura, como primeiro presidente. O que precisamos aprender com a luta pela democracia no Brasil, é que isso é possível apenas no socialismo. No capitalismo, apenas o mercado é livre.

“DEVEMOS DEFENDER SEMPRE A DEMOCRACIA NO SENTIDO MAIS PLENO DO TERMO, A DEMOCRACIA E O SOCIALISMO SÃO SINÔNIMOS, POIS SOMENTE COM O SOCIALISMO O TRABALHADOR DECIDE SOBRE SEU TRABALHO, SOMENTE NO SOCIALISMO HÁ LIBERDADE; A SUBSTITUIÇÃO, NO BRASIL, DA DITADURA PELA DEMOCRACIA BURGUESA DEIXOU MUITO CLARO COMO O CAPITALISMO CONVIVE BEM COM OS DOIS REGIMES, E PODE SEMPRE RECORRER AO FASCISMO QUANDO PRECISAR”

DITADURA MILITAR OU DEMOCRACIA AUTORITÁRIA?

“...Tropas de choque, PMs armados, mantêm o povo no seu lugar Mas logo é preso, ideologia marcada, se alguém quiser se rebelar Oposição reprimida, radicais calados, toda angústia do povo é silenciada Tudo pra manter a boa imagem do Estado!”

Plebe Rude

PARA MANTER PRIVILÉGIOS, BURGUESIA MANTÉM APARELHO REPRESSIVO

Embora a natureza de qualquer estado seja garantir a ordem da classe dominante através do monopólio da violência, no Brasil, tal natureza adquiriu contornos particulares.

A história da repressão surge na formação das forças militares europeias que invadiram, ocuparam e organizaram o sistema político, econômico que garantiu a drenagem da riqueza em benefício dos invasores e o controle da força de trabalho. Dessa forma, o aparelho repressivo se construiu à imagem e semelhança das elites que se assenhorearam de terras. Mesmo enquanto disputavam fronteiras contra a Espanha, França e Holanda, o aparelho repressivo controlava a força de trabalho, combatendo quilombos e aprisionando índios.

Embora o autoritarismo e a violência contra o trabalho sejam características das forças repressivas desde sua origem, é o Golpe Militar de 1964 que irá gerar a máquina de massacrar trabalhadores que existe hoje.

Em defesa do capital internacional, principalmente o estadunidense, aliaram-se oficiais do exército oriundos do Movimento Tenentista e setores ultraconservadores da economia brasileira para bloquear qualquer iniciativa independente de modernizar as estruturas econômicas brasileiras e sufocar as demandas históricas dos trabalhadores.

As estreitas relações desenvolvidas entre esses militares brasileiros e dos EUA durante a II Guerra Mundial geraram cooperações de todo o tipo na construção do aparelho repressivo que existe hoje. Inspirados na National War College, os militares golpistas fundaram a Escola Superior de Guerra e nela desenvolveram a Doutrina da Segurança Nacional.

Por meio dessa doutrina criaram-se todos os instrumentos físicos, ideológicos e jurídicos para sufocar

qualquer contestação, incluindo a eliminação física da oposição com as proibições de direitos, as torturas e os assassinatos. Toda e qualquer atividade política, artística ou cultural que expressasse as contradições surgidas do processo de urbanização e industrialização que passava o Brasil eram violentamente sufocadas.

Demandas por reforma agrária, urbana e educacional, a luta do revigorado movimento negro e a reconstrução das organizações operárias a partir da década de 50 encontraram “o sinal fechado” para qualquer possibilidade de solução pacífica, o golpe fechou qualquer via para escoar a insatisfação política não deixando outra via senão a luta armada como forma de resistência.

No bojo dessa doutrina a Escola Superior de Guerra ganhou força e pariu o Serviço Nacional de Inteligência -SNI- e a Lei de Segurança Nacional, dois importantes sustentáculos do regime militar, da opressão contra os trabalhadores e da garantia da lucratividade dos amigos da ditadura.

A Doutrina da Segurança Nacional foi capaz de corromper grande parte da intelectualidade brasileira, suas feridas foram tão profundas que sangram até hoje. Os “patriotas” golpistas de 64 abandonaram qualquer preocupação estratégica com a cobiça estrangeira sobre nossos recursos naturais para apontar suas armas para todo brasileiro que não concordasse com o projeto de dominação do imperialismo Yankee.

Para viabilizar o uso cotidiano e sistemático da violência e impedir a menor possibilidade de insatisfação das forças policiais, somente civis na época, surge a manobra de militarizar as polícias estaduais. Rapidamente, o regime ganhou um reforço de centenas de milhares de efetivos que ficaram presos à hierarquia, a justiça militar e sem qualquer instrumento pra defender seus interesses. Tudo em nome do combate ao crime e da Segurança Nacional.

A DITADURA CONTINUA

Seguindo a tradição de nossas elites de massacrar oposições e manobrar transições sem rupturas, os golpistas foram capazes de iniciar um

regime “democrático” sem desmontar o aparelho estatal construído para aprofundar o controle sobre o trabalho. Ou seja, a chamada política de Distensão Lenta e Gradual do regime preservou todas as ferramentas usadas na ditadura. A defesa dos interesses do capital internacional e a camada política (Sarney, Collor, Calheiros, Maluf, etc..) segue até hoje usufruindo do dinheiro público.

A Constituição Federal de 1988 permitiu à polícia seguir militarizada e continuar tratando qualquer contestação como atividade subversiva e qualquer demanda dos trabalhadores como atividade inimiga. Reconheceu o estado de defesa, de sítio, a provisória suspensão de direitos e o caráter das PMs como força auxiliar do exército, subordinados à Justiça Militar. Não há direito de greve, associação política ou qualquer forma de interferir na realidade de seu dia a dia.

A Lei de Segurança Nacional ainda vige e serviu para indiciar manifestantes em 2013, o SNI foi substituído pela Agência Brasileira de Inteligência - ABIN -. A formação das polícias estaduais ainda segue militar na forma e antidemocrática na prática. Quem participou das manifestações de junho ou contra os gastos com a Copa viu de perto. Ou seja, o AI 5, que retirou liberdades civis, permitiu a tortura e o extermínio e serviu de base para a transição sem rupturas segue vigente nas entrelinhas, sendo seu coroamento o fato de que torturadores e assassinos civis e militares continuaram suas carreiras e foram anistiados.

DE PERTO É BEM PIOR!

A ausência de penas aos criminosos da ditadura explica o fato da polícia brasileira se acobertar na versão oficial de combate ao crime para matar mais de cinco pessoas por dia (1890 vítimas em 2012, segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública). A militarização das polícias com base na Doutrina de Segurança Nacional foi capaz de criar uma força repressiva com tradição de ver todo elemento sem farda como inimigo, ainda mais quando se trata de trabalhadores organizados politicamente para lutar por melhores condições de vida. Se o trabalhador for negro e morar na periferia, então é pena de morte! Segundo o IBGE, 71% dos casos de



mortos pela polícia no estado de São Paulo em 2012 são negros.

O vínculo entre a Doutrina da Segurança Nacional e o genocídio da população trabalhadora se demonstra na afirmação do Tenente-coronel da PM paulista Adilson P de Souza: **“O homicídio do marginal é visto como uma importante arma de trabalho, eles chegam a declarar que se fossem impedidos de matar, ficariam sem condições de trabalho. É a lógica da Doutrina da Segurança Nacional, segundo a qual estamos lidando com inimigos. E o inimigo no campo de batalha você tem que aniquilar”** (<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/11/1366434-revolta-nas-ruas-reflete-incapacidade-do-estado-na-seguranca-diz-tenente-coronel.shtml>).

DESMILITARIZAR A PM? OU DISSOLVER A PM?

A proposta de desmilitarizar as polícias estaduais surge de tempos em tempos como solução para os problemas do chamado combate ao crime, à máquina de excessos e abusos promovidos pelas tropas contra manifestantes e como forma de integrar aos direitos civis centenas de milhares de homens e mulheres que atualmente não têm como reivindicar salários, denunciar organizadamente abusos de comandantes ou alteração nos cursos de formação estruturados em práticas humilhantes.

O leque dos movimentos pela desmilitarização abrange desde a ONU, organizações de luta racial e denúncia contra o genocídio do povo da periferia, Associação de Cabos e Soldados do Espírito Santo, Clube de Oficiais da Polícia Militar da Paraíba, parlamentares de direita como o major Fábio (DEM) e a base governista que através de Lindbergh Farias (PT-RJ) apresentou a PEC-51 sobre o tema.

Podemos estar assistindo a elite manobrar a transição sem ruptura mais uma vez. Qualquer mudança institucional no presente necessita acertar as contas com o passado.

A desmilitarização das polícias não pode significar uma extensão da polícia civil, tão truculenta, servil aos poderosos e talvez mais corrupta que a PM. Qualquer militância no movimento de desmilitarização deve servir de alavanca.

Ocorre que as propostas de

desmilitarização são de autoria de representantes do estado, inimigos dos trabalhadores. Se ontem a militarização das polícias surgiu para aparelhar o estado para reprimir quem trabalha e contesta, hoje a burguesia estuda uma forma mais eficaz, desmilitarizada ou não, que permita cumprir o desafio de reprimir os conflitos cada vez mais frequentes e agressivos neste Século XXI, submerso em crise econômica globalizada.

Embora a militarização da polícia seja um ponto importante para controlar a força de trabalho, é de extrema necessidade ter consciência de que só a desmilitarização das PMs, apesar de ter aspectos imediatos progressivos, não significa o desmonte do aparelho repressivo burguês parido pelo Golpe Militar de 64, pode significar sua manutenção com outra roupagem. O autoritarismo e a brutalidade presente na formação das instituições brasileiras segue presente na Doutrina da Segurança Nacional, na Escola Superior de Guerra, na ausência de transparências dos gastos com a repressão e na composição conservadora do Judiciário brasileiro.

A desmilitarização das PMs apesar de progressiva, ainda deixaria de pé a hierarquia militar e o controle das polícias pelo estado burguês e dessa forma a serviço de reprimir as lutas dos trabalhadores. Sua essência de aparelho repressivo da burguesia contra os trabalhadores permaneceria.

A estratégia deve ser solapar o aparelho repressivo estatal-burguês, com a dissolução das PMs e a destruição de todo o arcabouço militar, jurídico, material e ideológico herdado do Golpe de 64.

A discussão de uma política de segurança pública é inseparável da pergunta: segurança para o trabalho ou para a exploração do capital? Segurança para os trabalhadores ou para a burguesia? Do ponto de vista dos trabalhadores e de sua emancipação o que os processos revolucionários sempre colocaram na prática foram as guardas civis de trabalhadores, com caráter rotativo, sem hierarquia permanente e sob controle de suas organizações de luta ou de poder. (Ver Comuna de Paris, Revolução Russa, Revolução Espanhola, etc)



ESTRATÉGIAS E LIMITES

O desmonte da máquina repressiva montada pelos golpistas nunca será realizado por aqueles que se beneficiam dela. Nenhum partido político com bancada no Congresso Nacional tem interesse em humanizar o estado brasileiro, pelo simples motivo de serem representantes do agronegócio, do latifúndio, da especulação imobiliária, do capital financeiro, da indústria, da exploração dos serviços públicos e da burocracia sindical. Estes setores só têm a ganhar com a repressão às reivindicações dos trabalhadores sem terra, povos quilombolas e indígenas, movimentos por moradia e reforma urbana, luta por trabalho, renda e mobilidade nas cidades.

A desmilitarização deve resultar da revogação prática da Doutrina da Segurança Nacional, da Lei de Segurança Nacional, da revogação dos artigos constitucionais que permitem o estado de defesa e sítio, do fim do monitoramento político dos movimentos sociais realizado pela ABIN, da abertura dos arquivos da ditadura e da Escola Superior de Guerra, bem como os acordos internacionais que permitem aos agentes de inteligência dos EUA livre trânsito no Brasil (<http://archives.lists.indymedia.org/cmi-saoluis/attachments/20040609/15664609/CCartaCapital05mai04-0001.pdf>).

Tais medidas, por sua natureza, vão contra a própria função do estado numa sociedade capitalista, portanto, são impossíveis de alcançar sem a organização da classe trabalhadora em torno de um projeto de sociedade capaz de mobilizar todas as demais classes exploradas.

Construir tal projeto e convencer os explorados são nossas tarefas imediatas.

SEVERO: “..na realidade a democracia burguesa é uma forma mascarada, diria uma ditadura”

Um dos capítulos mais importantes da história da classe trabalhadora brasileira foi a resistência aos regimes ditatoriais que passaram pela história brasileira. A militância clandestina, os riscos de prisão e até de morte, as demissões foram situações enfrentadas pelos militantes de esquerda. Nesta edição entrevistamos Severo, militante operário desde a década de 70 para contar parte de sua história pessoal, mas principalmente para que sirva de experiência para as novas gerações de militantes.

COMO COMEÇOU A SUA MILITÂNCIA E A LUTA CONTRA A DITADURA?

SEVERO: A resistência dos trabalhadores ao golpe militar se deu em nível nacional, era muito maior nos centros industriais, mas no campo também havia resistência.

Na década de 70, 10 anos aproximadamente após o golpe, eu já participava com o meu pai, nas pequenas organizações em comunidades agrícolas no interior do Ceará. Como existiam dúvidas naquela época em relação à repressão - por exemplo, na comunidade onde eu morava, conviviam militares e os que resistiam ao golpe-, então a resistência se dava de certa forma, em pequenas organizações clandestinas, não era nada aberto, era tudo bastante cuidadoso.

Posteriormente, já no final da década de 70, mudei para São Paulo e fui trabalhar na indústria gráfica, onde também havia grupo de resistência à

ditadura, onde logo me incorporei. A comunicação com os trabalhadores era feita por “mosquitinhos” (pequenas filipetas com pequenas frases) tratando da resistência ao golpe, de como resistir de forma concreta e também questões políticas, sobre a organização política dos trabalhadores. Normalmente não existia identidade para este boletim, era jogado pra cima no chão da fábrica, ou era jogado no chão do banheiro e daí o pessoal ia vendo a forma de se integrar na luta.

A distribuição era feita de forma extremamente clandestina, se a patronal descobrisse era tranquilo que o trabalhador era levado à demissão ou até mesmo à prisão.

Posteriormente me mudei para Santo André, aqui no ABC. Comecei a trabalhar em uma empresa metalúrgica e logo me incorporei à luta política na então Convergência Socialista. Quando vieram as primeiras greves conseguimos formar um bom trabalho nas fábricas que nos deu força para organizar a oposição aqui ao Benedito Marcilio (que depois resultou em uma chapa para disputar a direção do sindicato), então presidente do sindicato de Santo André, que, sindicalmente, tinha ligações com o Lula, mas politicamente era ligado ao MDB (que deu origem ao atual PMDB).

Os sindicatos eram muito controlados pelo Estado, com forte fiscalização do Ministério do Trabalho e com constantes intervenções. Nas eleições sindicais de 1981, quando participamos de uma chapa de oposição chamada Solidariedade (referência ao movimento *Solidarinosc* na Polônia), aconteceu ali a intervenção no sindicato e a apuração aconteceu na sede do DEOPS (Polícia política).

Como não conseguimos ganhar as eleições todos os

membros da chapa foram demitidos e também perseguidos, não encontrava emprego em fábrica metalúrgica ou quando encontrava nem passava na experiência, passava um dia, dois dias, era demitido.

A minha situação ficou insustentável em metalúrgicos, eu fui pra construção civil. Mais uma vez mudei de categoria e desta vez fui na trabalhar na construção civil também participando de um grupo de oposição, mas neste momento o movimento tinha avançado bastante e a militância era pública. Continuava a ditadura, os cuidados com a segurança, mas havia conquistas que permitiam uma militância pública.

COMO PARTE DESSE “NOVO SINDICALISMO” VÁRIOS SINDICATOS FORAM RETOMADOS POR OPOSIÇÕES SINDICAIS. PODE CONTAR PRA GENTE SOBRE ESTE PROCESSO?

SEVERO: Essa era uma realidade na maior parte dos sindicatos, as direções sindicais estavam a favor dos militares, pois eram interventores do Ministério do Trabalho. Nem os militantes e muito menos os trabalhadores confiavam nestas direções. Eram informantes da polícia.

Logo após o golpe a luta mais importante do movimento operário, que eu não acompanhei, foram as greves dos metalúrgicos da Cobrasma de Osasco e de contagem, uma luta de enfrentamento. Teve repressão braba, com prisões das principais lideranças. Com a derrota destas greves, a ditadura praticamente dominou os sindicatos mais importantes do país.

Por causa desta situação a militância era clandestina também nos sindicatos. Não confiávamos nestas direções e a militância se concentrava nas fábricas, nos locais de trabalho. Então era muito nos grupos clandestinos nas fábricas e por oposições sindicais.

Por exemplo, no sindicato dos metalúrgicos de São Paulo, que era o maior sindicato da América Latina com



quase 500 mil trabalhadores na época, a luta passava pela organização da oposição, o MOMSP (Movimento Oposição dos Metalúrgicos de São Paulo) que tinha grande representatividade na base e muitas empresas eram obrigadas a negociar com a oposição que era a entidade reconhecida pela categoria.

E LULA NA DIREÇÃO DO SINDICATO DOS METALÚRGICOS DE SÃO BERNARDO?

SEVERO: Em São Bernardo também existia um pelego, o Paulo Vidal, que não era um interventor, mas também não tinha compromisso com os trabalhadores. Defendia uma proposta de pacificar a resistência que existia na região do ABC. É neste período que Lula entra para a direção e depois se torna presidente do sindicato. Lula não tinha nenhuma postura de esquerda e defendia abertamente que não poderia misturar política com luta sindical.

São as greves dos metalúrgicos que empurram Lula e a direção do sindicato para o enfrentamento com a patronal e a ditadura. Foi um processo da base, não foi por vontade da diretoria do sindicato. A greve da Scania começou sem que o sindicato soubesse.

Esse movimento se espalhou rapidamente pelo país, forçou a direção ir a esquerda e assumir a luta contra a ditadura. Lula nunca foi de esquerda. Os mandatos dele na presidência da república só confirmam isso.

COMO PARTE DESSE “NOVO SINDICALISMO” HOUE A RETOMADA DE VÁRIOS SINDICATOS POR MOVIMENTOS DE OPOSIÇÃO SINDICAL, VOCÊ PODE CONTAR PRA GENTE UM POUQUINHO SOBRE ESTE PROCESSO ?

SEVERO: Como eu disse antes, os movimentos de oposição sindical na realidade já aconteciam há algum tempo. Com o surgimento das lutas e de uma nova vanguarda eles ganharam um grande impulso. As oposições foram se multiplicando e retomando os sindicatos dos pelegos. Metalúrgicos, bancários, químicos, funcionalismo público (que naquela época se organizavam por associações). Era um processo em nível nacional.

Era uma discussão de dentro das fábricas, dos locais de trabalho, representavam a vontade dos

trabalhadores em várias categorias.

Os trabalhadores já estavam se colocando de forma aberta dentro das fábricas, dentro dos locais de trabalho, já apontando para maior resistência. Era uma discussão interessante, que os trabalhadores já tinham coragem de sair às ruas, de fazer passeatas, de discutir a greve geral, de fazer a greve geral, mas a gente fez muita greve que ajudou realmente a derrubar o regime.

E VOCÊ PARTICIPOU DE ALGUMA OPOSIÇÃO SINDICAL NESTE PROCESSO OU O SINDICATO QUE VOCÊ PARTICIPAVA, NA CATEGORIA EM QUE VOCÊ PARTICIPAVA, JÁ TINHA UM SINDICATO COMPATÍVEL?

SEVERO: Então, a primeira oposição que eu participei foi de forma bem clandestina, que era dentro de uma indústria gráfica, junto com três companheiros. As reuniões aconteciam rapidamente no banheiro e no vestiário, discutia de fazer o mosquitinho para soltar no dia seguinte na fábrica. Tinha esse trabalho e às vezes íamos no sindicato falar para o presidente do sindicato fazer a pauta de reivindicação.

A outra oposição que eu participei foi quando fui morar um tempo no RJ. Eu participei da oposição metalúrgica reunindo com um dos dirigentes ligados ao Partido Comunista, mas ele mesmo tinha medo de enfrentar o pelego.

Depois foi na oposição metalúrgica de Santo André e posteriormente na da Construção Civil e Moveleiros de São Bernardo e Diadema, quando organizamos uma oposição ao pelego, ganhamos as eleições. Fiquei 2 mandatos como secretário geral e desenvolvemos muitas lutas. O sindicato era da construção civil e moveleiro, com indústrias grandes que chegavam a ter 1500 trabalhadores.

AS MAIORES CONQUISTAS DESTES PERÍODO DE RESISTÊNCIA OPERÁRIA À DITADURA FORAM A CUT E O PT?

SEVERO: A questão de uma saída política para esse processo era uma coisa importante. A Convergência Socialista (que se transformou em PSTU e nos



quais militei até 1998) defendia no congresso estadual dos metalúrgicos a proposta de fundação de um Partido, o PT. Lula no início era contra a fundação do PT porque não podia se misturar a política com luta sindical.

Outra coisa importante foi a construção de uma central sindical independente, classista e de luta. Isso aumentou o som das ruas, das mobilizações, porque agora tinha uma central que unificava todas as lutas e se posicionava a favor da resistência à ditadura militar que já demonstrava sinais de esgotamento.

Esses dois instrumentos foram sem dúvida algo muito importante que a classe trabalhadora brasileira construiu. Dá orgulho em ter participado. Pena que se transformaram em instrumentos do capital contra os trabalhadores.

OUTRA QUESTÃO É QUE AS GREVES NO FINAL DA DÉCADA DE 70 COMEÇARAM POR REIVINDICAÇÕES SALARIAIS E LOGO PASSARAM A SER CONTRA A DITADURA

SEVERO: Essa questão é muito interessante porque antes dessas mobilizações houve lutas dos estudantes, com grandes mobilizações na PUC, na USP e nas públicas do Rio de Janeiro. Eram lutas mais políticas, pela anistia, por democracia.

Depois dessas lutas estudantis, logo a seguir vieram as greves aqui no ABC e que começaram com greves por reivindicações para repor os índices da inflação que Delfim Neto (ministro da Fazenda da ditadura) tinha retirado dos cálculos oficiais.

Uma greve muito forte que questionava toda a política econômica da ditadura. Não era só contra as empresas, mas contra esse modelo. Por isso que logo foi colocada a questão do

regime.

Em 1983 houve outro fato interessante, na realidade muito bonito, que foi a greve dos metalúrgicos de SBC, de Santo André e outras categorias, senão me engano bancária, que chegaram a parar em solidariedade aos trabalhadores da Petrobrás lá em Paulínia.

Foi o primeiro movimento unitário com várias categorias paralisando as principais cidades do país. Teve muita repressão e também teve muita repercussão na imprensa em relação a esta questão, que os trabalhadores jamais poderiam fazer uma greve em solidariedade a outra categoria. Mas foi uma greve interessantíssima na realidade

que desencadeou um processo mais político mais pra frente.

VIVEMOS NUM CHAMADO REGIME DEMOCRÁTICO. PODEMOS DIZER QUE EXISTE DEMOCRACIA?

SEVERO: O que eu acho é que na realidade a democracia burguesa é uma forma mascarada, diria uma ditadura. Você também não pode reivindicar muita coisa que logo é reprimido. Dentro das fábricas quem reclama é demitido. É uma ditadura. Vai lá o bancário reclamar com o gerente de que está ganhando pouco, está sendo assediado. É demitido na hora e sem direito a defesa.

Por isso a luta tem que ser coletiva,

de toda categoria. Assim se protege das ameaças e se defende coletivamente.

Isso que chamam de democracia também cooptou muita gente. Dos que naquela época organizaram as grandes mobilizações por melhores salários, hoje uma boa parte ou está em ministério ou está em secretarias de prefeituras do PT ou do PSB ou do PC do B.

Então vejo como uma ditadura que você não tem muito direito a reivindicar não. Dizem que temos direito de reivindicar, mas quando se tem greve nem negociam. E agora a moda é processar e criminalizar os que lutam: prendem e ameaçam. Como posso dizer que isso é democracia? Só se for para os ricos.



A ESCALADA DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Falar contra a violência à mulher tornou-se algo fácil de fazer, afinal, temos hoje uma legislação em vigor, a conhecida “Lei Maria da Penha”, a primeira mulher presidente do país, propagandas e campanhas na mídia. E assim muito se fala.

Mas a realidade ainda reafirma a sociedade machista e a intensificação da exploração, que busca retroceder em conquistas de anos de luta, para avançar na opressão e no controle.

Nesse tipo de sociedade em funcionamento, em que a maioria das pessoas se habitua a obedecer sem questionar, em que votar significa entregar a alguém uma decisão cega, na qual se insiste em manter a mulher envolvida em mentiras e fofocas para

sufocar qualquer debate político sério, podemos nos deparar com intensos retrocessos no nível de consciência mesmo em momentos de avanço nas lutas.

É exatamente nesse tipo de sociedade e nesse momento da história que presenciamos, no Brasil, a dobrar o número de femicídios (homicídio de mulheres no Brasil – Mapa Violência atualização 2013); aumentar em quase 20% o número de estupros (7º Anuário Brasileiro de Segurança Pública); e a não aplicação, pelo governo Dilma, de 68,8% dos recursos públicos no combate a violência contra a mulher (TCU mar/2013).

O assédio moral e sexual, a prostituição infantil, os índices de desemprego e de trabalho precário ou escravo, os baixos salários em categorias majoritariamente femininas, o salário desigual para trabalho igual, a tripla jornada com o trabalho doméstico, o papel da mídia machista e a exploração da imagem da mulher, a má qualidade dos serviços públicos, etc. são mais algumas das várias formas de violência contra a mulher sob o capitalismo, com governos a serviço da burguesia, que não se busca combater para naturalizar uma situação e insistir na opressão e na

exploração.

E assim segue também a hipocrisia burguesa: O Banco Mundial patrocina a campanha internacional de eliminação da violência contra a mulher. Conta com o apoio de diversos famosos. Ao mesmo tempo, estimula as parcerias público-privadas que além de garantir aos empresários investimentos sem risco, “assessora” o governo obrigando o pagamento da dívida pública, responsável pelo corte de verbas para construção de delegacias da mulher, casas abrigo e hospitais com serviços especializados de atendimento a mulher em situação de violência.

A mídia, reprodutora das ideias burguesas, prega contra a violência à mulher ao mesmo tempo em que incentiva a criminalização do aborto, reforça o machismo nas novelas e programação, omite informações sobre a real situação da mulher trabalhadora no Brasil e deixa de prestar serviços de utilidade pública, obrigatórios nas concessões públicas.

Além disso, utiliza discursos a favor da democracia, mas busca criminalizar os movimentos sociais que lutam por serviços públicos, necessários para a vida da mulher trabalhadora.

Com tudo isso, podemos juntar

governo, empresariado e imprensa burguesa no mesmo balaio para compreendermos o quanto vivemos um momento importante para avançarmos nas lutas e não retrocedermos nas conquistas.

No decorrer desses 50 anos do Golpe Militar no Brasil, sabemos o quanto a luta foi imprescindível para a classe trabalhadora impor leis favoráveis às melhores condições de trabalho, de vida e pelo fim da ditadura, mas foi ainda insuficiente.

Já iniciamos 2014, ano de Copa, presenciando despejos irregulares, aumento da prostituição nas obras da Copa, carestia e tentativas de impedir manifestações com o Poder Judiciário, Polícia, empresariado e governos todos unidos para criar leis que condenam como terroristas aqueles que lutam.

O Estado vem falhando sistematicamente no combate da violência contra a mulher. Querem nos fazer acreditar que apenas porque temos uma lei específica - como a Maria da Penha - já estamos à frente no combate a violência contra a mulher. Como se uma lei pudesse sozinha terminar com toda essa violência. Estudos estão sendo feitos e eles mostram que após a Lei Maria da Penha no ano de 2006, apenas em 2007 os índices diminuíram.

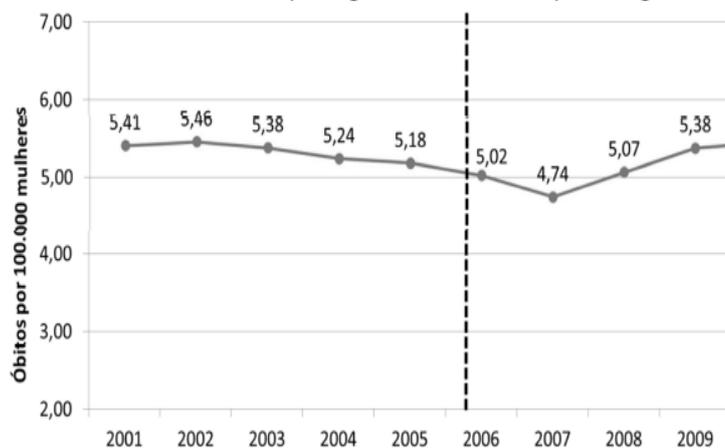
Depois disso, os índices de violência aumentaram, indicando o que já sabemos - a lei sozinha é incapaz de combater a violência, não intimida os agressores, não ajuda as mulheres.

Um estudo do Ipea (um órgão do governo que faz pesquisas), avaliou o impacto da Lei Maria da Penha sobre a mortalidade de mulheres por agressões e constatou que *não houve redução das taxas anuais de mortalidade, comparando-se os períodos antes e depois da vigência da Lei*. Apontou, inclusive, nos últimos anos, o retorno desses valores aos patamares registrados no início do período.

DESMASCARAR PARA AVANÇAR NAS LUTAS

Diante de toda essa situação, caberia a quem luta trilhar o caminho do anticapitalismo e do antigovernismo contra toda a opressão e todas as formas de violência e exploração, e apostar na luta buscando, no cotidiano, convencer demais trabalhadoras e trabalhadores da necessidade de organização e manifestação para garantir a vida e

Mortalidade de mulheres por agressões antes e após a vigência d



conquistar direitos.

Mas, custarão muito caro à esquerda – especialmente PSTU, PSOL e PCB – as exigências ao governo do PT e o alimentar da crença em Dilma. Denunciar o projeto dos capitalistas e dos partidos da direita para o Brasil é, também, nomear, para desacreditar, o governo, sua base de apoio e seus fóruns de sustentação (centrais sindicais como CUT, sindicatos, entidades estudantis como UNE, etc.) que paralisados estão diante da realidade de violência contra a mulher se calam diante da intensificação da repressão. Além disso, se faz urgente girar a intransigência para os esforços com a construção da unidade na luta de militantes e ativistas contra democracia burguesa, cada vez mais comparável à ditadura.

Desmascarar Dilma, que chama as Forças Armadas para conter mobilizações por melhorias nos serviços públicos, significa também não compactuar com setores que apóiam seu governo.

O governo Dilma não fala em nosso nome, as organizações que apóiam seu governo não nos representam e não lutam de fato contra a violência à mulher!

Aos movimentos feministas ou de organização de mulheres se faz urgente o combate claro ao avanço do fascismo e do fortalecimento da direita no Brasil, pois é exatamente a mulher da classe trabalhadora que mais sofre com o parco investimento nos serviços públicos, com o retrocesso nas conquistas e com a repressão.

O nosso chamado é a todas as mulheres e homens da classe trabalhadora que, diante da miséria capitalista, dispostos a lutar têm a coragem de dizer que uma outra

sociedade é possível! Que Copa do Mundo e Olimpíadas não melhoram as condições dos hospitais, dos ônibus e metrô lotados, das escolas e universidades públicas, nem o preço dos alugueis ou dos alimentos, mesmo com ingressos tão caros. E somente com o não ao pagamento da dívida pública que o dinheiro público poderá ser utilizado para serviços públicos, inclusive para construção de delegacias da mulher e casas abrigos!

A unidade das lutas, a solidariedade entre ativistas e lutadorxs e o fortalecimento das manifestações já têm como base o dia a dia de quem trabalha. São as condições de vida que têm gerado tantas manifestações e não é à toa a participação massiva de mulheres.

Contra todas as formas de violência à mulher continuamos na luta! Para reduzir o número de assassinatos de mulheres trabalhadoras: Construção imediata de Delegacias da Mulher, Casas abrigo e hospitais especializados em todos os municípios do país!

Não aceitaremos nenhuma retirada de direitos ou conquistas!

A cada passo dado pela burguesia e pelo governo contra as conquistas e as lutas da classe trabalhadora maior é a necessidade da unidade de quem luta!

O GOVERNO DILMA NÃO FALA EM NOSSO NOME, AS ORGANIZAÇÕES QUE APÓIAM SEU GOVERNO NÃO NOS REPRESENTAM E NÃO LUTAM DE FATO CONTRA A VIOLÊNCIA À MULHER!

GREVE DA CNTE: OPORTUNISMO E DESMOBILIZAÇÃO

“ AS IMPLICAÇÕES EM NOSSA ROTINA DE TRABALHO, SE TRADUZEM EM SOBRECARGA DE TRABALHO, AUSÊNCIA DE INFRAESTRUTURA MÍNIMA PARA A PRÁTICA PEDAGÓGICA E INÚMERAS SITUAÇÕES DE ASSÉDIO MORAL E PRÁTICAS AUTORITÁRIAS DAS GESTÕES. CONVIVEMOS COM MUITA COBRANÇA E POUCOS RECURSOS MATERIAIS E FINANCEIROS, ALÉM DA RETIRADA DE DIREITOS E BAIXOS SALÁRIOS”

Nos dias 17, 18 e 19 de março, a CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação) está convocando a sua já recorrente “Greve Nacional” de três dias.

Em que pese a necessidade concreta de haver uma greve massiva e nacional, diante da crescente precarização e ataques aos profissionais e a Educação pública como um todo (políticas meritocráticas, rebaixamento salarial, jornadas extensivas, contratos precários, aumento da cobrança e repressão, falta de recursos, etc), o real objetivo desde chamado é algo bem distinto.

A necessária mobilização ampla e nacional dos profissionais da educação não é de interesse da direção da CNTE, pois isso implicaria questionar os governos em vários âmbitos (municipais, estaduais e federal), inclusive o governo Dilma/PT e as políticas educacionais do MEC, sobretudo no novo contexto que estamos vivenciando no país, com várias mobilizações e lutas.

Na realidade, o que ocorre com esta greve é um chamado superestrutural, sem construção concreta e correspondência na base, apenas para criar uma aparência de encaminhar alguma luta que na verdade serve para desmobilizar a luta, devido ao descrédito da entidade e de sua proposta de greve não construída junto aos professores.

Com o propósito de reeleger Dilma/PT, a direção da CNTE fará de tudo para

que não ocorram fortes lutas dos professores, apenas ações controladas. Isso num contexto em que a demanda da Educação Pública tem sido levantada desde as manifestações de junho/julho, e permanece nos atuais movimentos contra a copa.

Quando mais se fala em educação nas ruas, menos a CNTE e os sindicatos dirigidos pela Articulação

Sindical/CTB/O Trabalho impulsionam a luta dos professores. Em São Paulo, a Art-Sind, direção majoritária da APEOESP, sindicato dos professores estaduais, defendeu e aprovou a assembleia estadual de professores somente para o dia 28/03, após a Greve Nacional. Nós do *Renovar Pela Luta!* (corrente de professores impulsionada pelo Espaço Socialista e professores independentes), defendemos que a assembleia fosse no dia 14/03, pré-Greve Nacional.

A RAIZ DE NOSSOS PROBLEMAS E DILEMAS

Os professores e profissionais da educação sofrem com vários problemas em todo país, decorrentes das políticas educacionais voltadas à satisfação dos lucros empresariais e a redução de recursos públicos para serviços sociais. Nossos problemas são parte do projeto dos governos a serviço de interesses daqueles que não colocam seus filhos para estudar na escola pública. Trata-se de empresários, banqueiros, ONG's e outros setores privados, que abocanham grandes quantias do dinheiro público via governos comprometidos com esses interesses, através de consultorias, incentivos fiscais e financeiros.

Com questionamentos e cobranças por mais investimentos na educação, o governo federal promete investir os royalties do petróleo na educação. Mas

só em 2020 teremos algum efeito em termos de investimentos, quando atingirão 6% do PIB, frente aos atuais 4,5%. Ora o necessário é 10% do PIB já! Já os gastos com a rolagem da dívida pública consomem R\$ 1,002 trilhão (42% do PIB), o que corresponde 10 vezes o valor previsto para a saúde e 12 vezes o investido na educação.

As implicações em nossa rotina de trabalho, se traduzem em sobrecarga de trabalho, ausência de infraestrutura mínima para a prática pedagógica e inúmeras situações de assédio moral e práticas autoritárias das gestões. Convivemos com muita cobrança e poucos recursos materiais e financeiros, além da retirada de direitos e baixos salários. O senso comum reforçado pelo discurso oficial dos governos é que os problemas estão nos alunos e, muitas vezes, vemos os alunos como inimigos, dentro de um cenário criado pelos governos e interventores privados na educação pública. Esses últimos, sim, são nossos inimigos!

Devemos nos unificar em torno de algumas demandas. Dentre elas destacamos o piso salarial nacional e a sua jornada contida na Lei do Piso, pois vários estados sequer a cumprem. No entanto, sabemos que tais demandas, são paliativos mínimos, não resolvem os nossos problemas que são estruturais. O Piso Nacional dos Professores, por exemplo, é 1697,00 por 40h semanais, quando a reivindicação histórica é o Piso do DIEESE, de R\$ 2748,22 por 20 h semanais, uma grande diferença não apenas no valor mas também na jornada.

FORMAÇÃO PRECÁRIA E REPRESSÃO

Outro aspecto importante é a formação dos alunos, pautada nos Parâmetros Curriculares e nas medidas jurídicas dos governos – portarias, resoluções e decretos. A formação dada aos alunos das escolas públicas deixa muito a desejar. As escolas se assemelham cada vez mais a semi-presídios, com grades e câmeras nos corredores e em salas de aula. A formação dada aos alunos busca a acomodação, aceitação da hierarquia, o

individualismo. Segundo essa ideologia, basta se adequar ao momento atual e tudo vai dar certo na vida dos nossos alunos de escolas públicas. Desnecessário dizer que na realidade isso é bem diferente. Ao final, o fracasso escolar é atribuído individualmente aos alunos e aos professores, nunca aos governos.

SINDICATOS E LUTA NAS ESCOLAS

Consideramos que, para fazer frente aos desafios atuais, os sindicatos devem ir para além do trabalho tradicional que cumpriram historicamente. É necessário envolver alunos e comunidade na luta não apenas por demandas imediatas, mas por Educação Pública de qualidade e, ao mesmo tempo, por outra sociedade.

Nossos principais interesses e necessidades são idênticos aos de nossos alunos e comunidade, não contrários. Se

defendemos educação pública de qualidade, isso também deve se expressar em nosso cotidiano escolar, impulsionando as lutas e participação crítica nos Conselhos de Escola, APM's, fomentar Grêmios de luta, Comissões de Alunos, Assembleias com a comunidade escolar, etc.

A NECESSIDADE DE CONSTRUIR UM POLO ALTERNATIVO

Torna-se cada vez mais necessário construirmos um polo alternativo e de luta, pelos interesses comuns de professores, demais trabalhadores e seus filhos. Para isso é necessário romper com o sindicalismo imediatista e cooptado, ousando e buscando caminhos alternativos, superando a primazia absoluta dos interesses de correntes e partidos, inclusive aqueles não-

governistas.

Sempre apontamos a necessidade de construirmos algo novo, que responda de fato às nossas necessidades e possamos inclusive construir uma verdadeira Greve Nacional, massiva e que se coloque contra a política educacional do capital, movimento tão necessário para resolvermos nossos problemas.

A CSP–Conlutas precisa trilhar um caminho independente do governismo (e não compor e ficar a reboque de setores CUTistas, como a *CUT Pode Mais*), superando as dificuldades de unificação das oposições na luta pela base, não em fóruns superestruturais descolados dela, fundamental para a defesa de nossos interesses, sem sucumbir aos caminhos aparentemente mais fáceis e cômodos, que acabam levando a uma adaptação.

DITADURA, REPRESSÃO E A IMPORTÂNCIA DA JUVENTUDE SE ORGANIZAR PARA MUDAR A SOCIEDADE

Quando nos propomos a abordar o tema relacionado ao papel da juventude na luta contra a ditadura empresarial-militar, temos, inicialmente, como primeira tarefa, definir o que se deve entender por juventude, para fins deste texto.

A juventude da qual estamos a tratar é identificada, basicamente, com o movimento estudantil secundarista e universitário, setor social composto por representantes de diversos extratos sociais, como a pequena burguesia, a recente classe média, e os funcionários públicos. Portanto, não podemos falar em juventude estudantil como uma classe social.

Por isso, não se pode falar em homogeneidade quando se trata de analisar a juventude. Estamos considerando apenas uma parte da sociedade que traz dentro de si membros das mais variadas classes sociais. Isso implica dizer que a reação deste segmento frente às crises que atravessam a sociedade capitalista pode tomar caminhos diversos e até mesmo opostos quando as contradições da nossa sociedade se fazem mais agudas.

Contudo, mesmo diante dessa heterogeneidade, a juventude é capaz de adotar posturas políticas que buscam

representar as classes sociais em conflito, se posicionando a favor do discurso da burguesia, ou fazendo aliança com o proletariado. Daí decorre a importância da atuação da esquerda para ganhar ideologicamente esse setor.

Este aspecto, aliado ao fato de que grande parte da juventude normalmente dispõe de mais tempo para refletir e debater acerca dos embates que ocorrem no cenário social, acaba por demonstrar que, muitas vezes, a juventude funciona como um termômetro das lutas sociais conjunturais; ora despontando como principal pólo aglutinador das lutas; ora figurando entre os demais setores em luta.

Nesse sentido é que a relevância da análise desse sujeito social se faz necessária, visto que o descontentamento com a vida cotidiana e a falta de perspectiva no futuro em uma sociedade marcada pelas contradições sociais é manifestada pela juventude como se fosse a ponta de um iceberg que expõe os problemas estruturais mais graves.

JUVENTUDE? PRESENTE!

Em vários momentos da história, podemos perceber que a juventude foi o

fator medidor das crises da segunda metade do século XX. Podemos citar a juventude que buscava afirmar a contracultura contra o conservadorismo do Governo De Gaulle, no famoso maio de 68 na França; a luta contra as ditaduras na América Latina (Argentina, Chile, Bolívia, Peru, etc.); contra a invasão das tropas da burocracia soviética nos países do Leste Europeu; ou ainda a juventude chinesa que ocupou a Praça da Paz celestial na China reivindicando democracia em 1989. Muitos são os exemplos.

No Brasil, podemos citar o movimento “O petróleo é nosso”, na década de 1990, o movimento “caras pintadas”, e recentemente as “jornadas de junho”.

Enfim, exemplos de luta da juventude não faltam na história. Ganhar a juventude para a luta contra o capitalismo pode-se dizer que é condição para o sucesso da revolução. Como dizia Trotsky: *Apenas o revigorante entusiasmo e o espírito ofensivo da juventude podem assegurar os primeiros sucessos na luta; apenas esses sucessos podem fazer voltar ao caminho da revolução os melhores elementos da velha geração. Sempre foi assim. “Continuará sendo assim”.*

A JUVENTUDE NA LUTA CONTRA A DITADURA NO BRASIL

Até a década de 80, tratar de luta da juventude é falar de movimento estudantil, seja universitário ou secundarista. Foi por esse espalho que a juventude se organizou e cumpriu o papel fundamental na resistência dos militares.

O poder de pressão representado pela juventude era notável, ao ponto de a sua atuação pelo fim da ditadura chegar mesmo a assustar a classe dominante e os governos militares, dada a força que teve a mobilização estudantil naquele momento. Basta lembrar que a maioria dos presos políticos na época da Ditadura era composta por estudantes.

E vale ressaltar também o quanto a repressão utilizou-se de elementos para coibir a ação dos estudantes e de suas entidades de representação, quando criou leis proibindo a atuação das entidades de base, colocando a UNE na ilegalidade, e quando, inúmeras vezes proibiu que fossem realizados encontros ou fóruns estudantis.

A importância do movimento estudantil na luta contra a ditadura é enorme. Não se pode falar em resistência à ditadura sem lembrar as lutas estudantis, em um momento que o movimento operário acumulava forças, depois das derrotas das greves de Osasco e Contagem.

Nos anos 60, houve passeatas, a construção de entidades de base, os congressos clandestinos e a formação de quadros para a luta armada. Nos anos 70, a luta pela anistia, a reconstrução das entidades gerais (UNE, dos estudantes

universitários e a UBES, dos secundaristas), e as manifestações em apoio aos operários presos. Nos anos 80, os massivos congressos estudantis e a campanha pelas “Diretas Já”.

Essas experiências foram tão significativas, que quando olhamos para o governo do PT vemos muitos militantes oriundos do movimento estudantil desta época. O lastimável é que se venderam ao capital, e hoje cumprem o mesmo papel dos ditadores: defender o capital e atacar os movimentos sociais.

A MORTE DE EDSON LUIS E A MARCHA DOS 100 MIL

Em protesto contra o fechamento do *Calabouço* (um restaurante que era uma espécie de Quartel General do movimento estudantil), a intervenção da PM resultou na morte - por tiro - do estudante secundarista Edson Luis, de 17 anos.

Essa morte logo ganhou repercussão e no seu enterro 50 mil pessoas protestaram contra a ditadura militar. Na missa de 7º dia na igreja da Candelária, outros milhares participaram de mais um protesto, desta vez dispersado pela polícia com dezenas de feridos.

As manifestações contra a morte de Edson Luis deram impulso a novas manifestações, que iam culminar na “passeata dos cem mil”. Como escreveu Zuenir Ventura no livro *1968, O ano que não terminou*: “*Pode-se dizer que tudo começou ali - se é que se pode determinar o começo ou o fim de algum processo histórico. De qualquer maneira, foi o primeiro acontecimento que sensibilizou a opinião pública para o movimento estudantil*”.

O movimento estudantil se colocando em movimento, reacendia a esperança de a luta contra a ditadura se transformar em um imenso movimento de massas. Nascia, até então, o mais sério e importante movimento de oposição à ditadura militar.

A partir daí,

o movimento estudantil começou a se organizar por suas entidades de base. Os Centros e Diretórios Acadêmicos nas universidades e os Grêmios estudantis nas escolas secundaristas se transformaram nos principais espaços de resistência, e onde se organizava a vanguarda estudantil.

Esse processo de luta e organização foi decisivo para um passo maior e mais ousado: a passeata dos cem mil. Rio de Janeiro, 26 de junho de 1968; tendo como lideranças os militantes estudantis, a passeata reuniu jovens, intelectuais, artistas populares (Chico, Gil, Norma Bengel e tantos outros) e um imenso apoio popular que se expressava com a chuva de papel picado que caía dos prédios da Rio Branco.

Era, sem dúvida, um novo arco na luta contra a ditadura.

O AI-5 E O AUMENTO DA REPRESSÃO ÀS ENTIDADES ESTUDANTIS

A ditadura e a direita sentiram a força nascente do movimento. A partir da passeata e da sua repercussão, setores da direita começaram a organizar atentados em São Paulo e no Rio de Janeiro, para servirem de desculpa para o endurecimento do regime.

Os estudantes já tinham conseguido realizar o XXIX congresso da UNE de forma clandestina. A partir da retomada do movimento estudantil e o aumento da repressão, a realização do XXX congresso ocorreria em um novo momento. Mas esse congresso termina com a prisão de mais de 1000 estudantes em Ibiúna, interior de São Paulo.

Em dezembro, para frear a oposição, o regime edita o AI-5 (Ato Institucional nº 5) que retirava as já poucas liberdades; permitia a prisão sem mandado judicial; o presidente podia intervir nos estados; fechar o congresso; entre outras medidas. É chamado “golpe dentro do golpe”.

A partir do AI-5, os militantes vão para a clandestinidade, as entidades se desarticulam e o movimento entra em um período de refluxo. Várias lideranças são presas, assassinadas, e muitos outros foram para o exílio.

A RETOMADA EM FINS DOS ANOS 70. RECONSTRUÇÃO DAS ENTIDADES GERAIS

A partir dos anos 70, o movimento estudantil passa a se rearticular pelas



Artistas na passeata dos 100 mil em 1968



executivas de curso, que inicialmente tinham como objetivo discutir questões ligadas à profissão, mas logo virou um espaço de organização. Reunindo estudantes para debater questões que pareciam não incomodar o Regime, o movimento de área se desenvolveu enfocando questões ligadas à qualidade do ensino, melhorias para a categoria profissional, afastando-se um pouco das questões nacionais, tão presentes no movimento geral.

Nesta época, as lideranças estudantis ou tinham sido assassinadas, presas ou exiladas, o que causava o esvaziamento dos militantes universitários. Por se proporem só à discussão da profissão, e explicitamente não se proporem à uma maior reflexão sobre a sociedade, terminou que a ditadura não focou a repressão nestes espaços. Um espaço aproveitado pelos militantes da esquerda.

A retomada do movimento com ações de rua ocorre a partir de 1977, com

o movimento “anistia, ampla, geral e irrestrita” que aglutinou todas as forças de oposição e reivindicava o fim dos processos e o direito de os exilados voltarem para o país. O ressurgimento das lutas operárias em 1978 foi outro impulso importante para o movimento estudantil secundarista e universitário.

Em 1979, a UNE realiza em Salvador seu congresso de reconstrução e em 1981 em

Curitiba a entidade secundarista, UBES, também é reconstruída.

Inicia-se um novo ciclo que vai culminar na campanha das “Diretas Já”, onde o movimento estudantil vai atuar com muita força, mobilizando milhões de estudantes contra a ditadura. Depois desse movimento, os militares no poder não tinham mais a força de antes.

A JUVENTUDE TEM QUE SE ORGANIZAR

Não temos mais a ditadura militar. Mas isso não significa que a repressão, a perseguição aos que lutam deixou de existir. Pelo contrário, ganhou novas formas.

Mas o movimento estudantil mudou muito. A chegada do PT ao governo federal provocou uma rearticulação das forças políticas no país. Partidos como PT (a maioria de suas correntes) e PC do B agora são parte do bloco de sustentação do governo. No movimento estudantil, militam para impedir que as

lutas se desenvolvam e sequer questionam os sucessivos ataques do governo à educação.

Hoje, as entidades gerais (UNE e UBES) funcionam mais como escritório do Ministério da Educação do que como entidades de luta dos estudantes.

Como dissemos antes, o movimento estudantil não é uma classe social, mas isso não impede que ele tenha suas posições políticas.

Nós defendemos um movimento estudantil classista, ou seja, que se posiciona ao lado das lutas da classe trabalhadora, travando nas escolas e universidades a luta pelo fim da exploração capitalista e para que as lutas pelas demandas específicas sejam feitas a partir dos interesses da classe que produz a riqueza do país, ou seja, que represente os interesses históricos dos trabalhadores.

A falência da UBES e da UNE, a incapacidade da ANEL em se diferenciar dessas entidades, coloca para os estudantes a necessidade de construir, na prática, uma nova concepção de movimento estudantil, principalmente em relação ao trabalho de base. Nas mobilizações de 2013, o não reconhecimento e a falta de identidade da maioria daqueles que foram às ruas evidenciaram o afastamento dos setores da esquerda frente os trabalhadores e juventude.

Neste sentido, fazemos um chamado a todos e todas a virem construir essa alternativa conosco.

AMÉRICA LATINA: DAS DITADURAS MILITARES À DEMOCRACIA AUTORITÁRIA

Na segunda metade do século 20 a América Latina foi assolada por uma onda de ditaduras militares: Brasil (1964-1985), Argentina (1976-1983), Chile (1973-1990), Paraguai (1954-1989), Uruguai (1973-1985), Bolívia (1964-1982), Peru (1968-1980), Equador (1972-1979), Guatemala (1970-1985), Honduras (1963-1974), Nicarágua (1967-1979), Panamá (1968-1989).

As ditaduras resultaram da ação de forças internas a cada país, os setores reacionários da classe dominante, e externas, em especial, o imperialismo estadunidense. As forças internas eram

a grande burguesia, o latifúndio, os bancos, os setores ligados às transnacionais, mas também as classes médias, influenciadas pela cúpula da Igreja católica e pela maioria dos meios de comunicação. Não se tratavam, portanto, apenas de ditaduras militares, mas civis-militares, ou empresariais-militares, já que contavam com a participação e o apoio direto da burguesia e favoreciam abertamente as classes patronais contra os trabalhadores.

Foram décadas de terror de Estado, assassinatos, desaparecimentos, prisões, torturas, demissões, perseguição, exílio,

vitimando em especial aqueles que lutavam pela classe trabalhadora, lideranças operárias, camponesas, estudantis, intelectuais, artistas, etc. Sindicatos, organizações estudantis e populares foram fechados ou colocados sob controle do Estado.

Greves e manifestações eram proibidas ou duramente reprimidas. A imprensa e a produção cultural era censurada. Esmagando e amordaçando a oposição popular, os governos militares deram livre curso à corrupção desenfreada, à ação predatória das empresas transnacionais, à entrega das

riquezas naturais, à exploração dos trabalhadores.

O PAPEL DO IMPERIALISMO ESTADUNIDENSE

No plano externo, vivia-se o contexto da Guerra Fria, período de confronto geopolítico entre a União Soviética e os Estados Unidos, que buscaram assegurar o controle sobre o seu “pátio traseiro”, implantando regimes ditatoriais no continente para impedir a disseminação de movimentos e governos simpatizantes ou tutelados pelos soviéticos. Havia um acirramento da luta de classes em vários países, com diversos movimentos de contestação, armados ou não, alguns defendendo a revolução socialista como solução para a miséria e a submissão de seus países. O exemplo da revolução cubana de 1959 (que em 1961 adotaria definitivamente o “modelo” soviético) serviu como um sinal de alerta para o imperialismo. Os Estados Unidos intensificaram sua atuação na aplicação de golpes militares, que derrubaram os governos legalmente eleitos para estabelecer as ditaduras.

Tropas estadunidenses foram deslocadas para apoiar os golpistas (caso da operação “brother Sam”, em que uma frota estadunidense posicionou-se no litoral do Brasil em 1964, para o caso de haver resistência ao golpe), assim como agentes secretos e assessores. Diplomatas estadunidenses deram respaldo e reconhecimento internacional aos regimes assassinos. Tudo isso resultou, é claro, em rendosos negócios para as empresas estadunidenses no continente. Um dos principais instrumentos dos Estados Unidos em favor das ditaduras militares foi a “Escola das Américas”, instalada no Panamá em 1946 (funcionando nesse local até 1984), um centro de treinamento para os oficiais das forças armadas dos países latinoamericanos, em que mais de 60 mil militares foram instruídos em técnicas de contra insurgência, guerra de guerrilhas, esquadrões da morte, execuções sumárias, desaparecimento de pessoas, interrogatório, tortura, etc.

Os militares treinados na infame Escola das Américas foram os autores dos golpes militares e executores da repressão que desmantelou a resistência às ditaduras, matando e torturando milhares de opositores em cada país. No início da década de 1970, os militares

egressos da Escola das Américas, já empossados como ditadores em vários países, organizaram a “Operação Condor”, uma rede de colaboração entre os aparatos repressivos de diversos países sul-americanos, visando caçar dissidentes, em especial os grupos que praticavam a luta armada, impedindo que pudessem se deslocar de um país para o outro, perseguindo os exilados, entregando-os aos seus países de origem, prendendo, assassinando, etc.

GRANDES LUTAS DERRUBAM AS DITADURAS

As ditaduras militares foram uma forma de resolver, pela força, os impasses da modernização capitalista das economias latino-americanas, todas dependentes. Mas essa solução foi apenas temporária, pois em poucos anos o endividamento público, a inflação, a estreiteza do mercado consumidor interno, o arrocho salarial, minaram as bases econômicas das ditaduras. A elevação dos juros nos Estados Unidos em 1979, bem como a 2ª Crise do Petróleo (alta dos preços) nesse mesmo ano levaram a uma crise de endividamento geral no continente, cujo maior símbolo foi a moratória mexicana de 1982.

Esses elementos de uma pesada crise cíclica global no início da década de 1980 foram suficientes para corroer a legitimidade dos governos militares perante as classes médias e mesmo setores da burguesia. Ao mesmo tempo, a industrialização e a urbanização de vários países formaram uma nova classe trabalhadora, ou empregaram uma nova geração de trabalhadores. 10 anos após as greves de Osasco (SP) e Contagem (MG) em 1968, as greves recomeçaram no Brasil (1978). A partir das greves na região industrial do ABC, uma onda de lutas operárias varreu o país. As lutas dos trabalhadores deram novo impulso à luta contra a ditadura.

As lutas para derrubar as ditaduras consumiram enormes esforços em vários anos de mobilização e várias frentes diferentes, envolvendo diferentes estratégias de país para país. Em 1979, na Nicarágua, a ditadura de Somoza foi derrubada pela guerrilha sandinista. Na Argentina, em 1983, a ditadura caiu depois da derrota na Guerra das Malvinas contra a Inglaterra, no ano

anterior, uma aventura em que os militares mergulharam o país para desviar a atenção da crise econômica, e que acabou precipitando a sua queda. No Chile, em 1988, houve um plebiscito previsto na Constituição da própria ditadura, que depois de uma forte campanha popular, levou à vitória do “não” à continuidade do regime de Pinochet.

No Brasil, país mais importante da região, pelo seu peso populacional, econômico e político, houve uma combinação de vários processos: o lento e paciente trabalho de organização nos bairros e movimentos populares (em especial por obra de um setor de base da Igreja católica orientado pela Teologia da Libertação), a reconstrução e retomada dos sindicatos por setores combativos, a reorganização do movimento estudantil, campanhas pela retomada das liberdades civis, por anistia para os exilados, por eleições, manifestações culturais, etc. As fortes lutas operárias e populares que levaram à fundação do PT em 1980, da CUT em 1983, do MST em 1984, convergiram para a campanha das Diretas Já em 1984 (da qual participaram políticos burgueses e um setor engajado de intelectuais, artistas, esportistas, etc.). A emenda constitucional que previa eleições diretas foi derrotada, o presidente foi eleito pelo voto indireto em 1985, mas já em 1989 as eleições seriam diretas.

APÓS AS DITADURAS, AS SEQUELAS

A queda das ditaduras se deu em meio a uma imensa onda de lutas em todo o continente, com greves, movimentos por moradia, por reforma agrária, mobilizações estudantis, contra o pagamento da dívida externa, etc. A luta contra o regime unificava a classe trabalhadora com setores da pequena burguesia e até da burguesia. O conjunto da opinião pública voltou-se contra os regimes militares. As ditaduras deixaram feridas abertas na vida desses países, devido a milhares de mortes, desaparecimentos, torturas, perseguições, debilitando organizações operárias e populares, destruindo famílias, interrompendo e traumatizando vidas. A denúncia desses crimes deu grande legitimidade para a reivindicação por democracia.

As lutas foram tão fortes que obrigaram a burguesia a fazer

concessões, como a condenação judicial de alguns ditadores em alguns países, como Argentina e Chile. No Brasil, ao contrário, houve uma aberrante “Lei da Anistia”, que anistiou os crimes cometidos “dos dois lados”, como se o lado dos opositores do regime fosse também criminoso, quando na verdade estava combatendo um regime ilegal. Além da lei da impunidade para os criminosos da ditadura, o Brasil manteve a Lei de Segurança Nacional do regime militar, e manteve a cultura repressiva, assassina, violenta, corrupta e violadora dos direitos humanos em suas forças policiais, em especial a Polícia Militar.

A DEMOCRACIA BURGUESA COMO DITADURA DE CLASSE

A manutenção dos aparatos repressivos após o fim das ditaduras está ligada ao fato central de que o fim das ditaduras e a volta da democracia não mudaram as relações de classe. A possibilidade de eleger governantes ou legisladores não muda o fato de que o Estado existe para preservar os elementos essenciais do capitalismo: a propriedade privada dos meios de produção, o trabalho assalariado, a extração de mais valia, a exploração. Os trabalhadores produzem toda a riqueza da sociedade, mas são roubados diariamente ao receber na forma de salário apenas uma fração daquilo que produziram. A transformação do trabalho em mercadoria dá origem a uma série de relações alienadas que controlam todos os aspectos da vida humana, inclusive a relação entre os sexos, a família, a educação, etc.

Esse roubo diário contra os trabalhadores é protegido por lei, já que o contrato de trabalho é realizado entre “iguais”. O trabalhador e o empresário são iguais, já que ambos podem votar e eleger os governantes. Esse “truque” da democracia transforma em iguais classes sociais que são fundamentalmente diferentes por sua relação com a reprodução social. Por isso, essa democracia falsificada deve ser chamada pelo seu nome, o nome da classe social à qual favorece, o nome de democracia burguesa. A democracia burguesa segue sendo a ditadura de uma classe social, a classe dos proprietários. O

capitalismo tem essa capacidade de funcionar com diversos tipos de superestrutura política: democracia burguesa, ditadura fascista, monarquia absoluta, etc. Muda-se o pessoal político, mas o sistema econômico permanece o mesmo.

A luta pelo fim das ditaduras na América Latina conseguiu uma vitória parcial, a volta das liberdades civis e o direito de voto. Mas esses mesmos direitos, paradoxalmente, se transformaram em armas nas mãos da classe dominante para impedir que haja novas lutas. Por meio das instituições democráticas, a classe dominante pode iludir os trabalhadores com a promessa de que a eleição de um novo governante pode mudar tudo, quando na verdade, só a luta muda a vida. Por meio do legislativo e do judiciário, a burguesia pode aprovar e aplicar leis contrárias aos trabalhadores, sem precisar dar um golpe de Estado. É o caso das leis contra o direito de greve e de manifestação, etc. Ainda por cima, a burguesia controla as eleições ao financiar as campanhas dos candidatos que lhe interessam e usar a mídia para difamar outras candidaturas e movimentos.

A ERA DAS DEMOCRACIAS AUTORITÁRIAS

Os trabalhadores acreditam nas instituições democráticas, por isso se limitam a lutas pontuais e não se mobilizam para substituir esse regime por um poder sob seu controle. Com isso, a democracia burguesa se torna um instrumento tão eficiente para controlar a classe dominada quanto as ditaduras mais repressoras. A burguesia tem a capacidade de escolher o tipo de regime que seja mais adequado para manter sua dominação. Na segunda metade do século XX, usou as ditaduras militares. No início do século XXI, usa as democracias burguesas.

No atual momento, porém, ainda que a democracia burguesa continue sendo o instrumento preferencial da classe dominante, trata-se de uma democracia cada vez menos “democrática” e cada vez mais autoritária e ditatorial. Essa democracia permite fazer greve, desde que não haja prejuízo para os patrões, desde que não se faça piquete. Permite fazer manifestações, desde que não enfrentem de fato os símbolos do poder. Permite lançar candidatos, desde que não questionem os pilares do capitalismo, a propriedade privada e a exploração.

A democracia burguesa permite que se escolha entre o vermelho do PT e os tucanos do PSDB, que aplicam o mesmo programa nos governos federal e estadual, mas não permite uma alternativa de fato, uma alternativa revolucionária.

Num contexto de crise do capitalismo e aumento das lutas, a burguesia precisa evitar que os trabalhadores se mobilizem, e para isso pode apelar para golpes de estado e ditaduras ou para um novo tipo de democracia burguesa altamente repressiva. A burguesia apela para a repressão, para o uso da polícia e do judiciário contra as greves e manifestações, o uso da mídia para colocar o grosso da população contra as lutas. Com a cobertura da mídia e do judiciário, a repressão pode ser exercida sobre os setores de vanguarda que se colocam em luta. É uma questão de vida ou morte para a burguesia isolar esses setores de vanguarda que estão em luta e impedir que estabeleçam a conexão com o restante dos trabalhadores.

Para nós, trabalhadores que estamos em luta, por outro lado, é uma questão de vida ou morte organizar movimentos que envolvam o conjunto da classe e se coloquem contra essa falsa democracia e suas instituições, contra os partidos governantes e seus representantes nos movimentos sociais, contra a exploração e o capitalismo. As lutas que derrubaram as ditaduras militares mostraram que mesmo os regimes mais autoritários e a repressão mais brutal podem ser derrotados. Devemos aprender com as lições dessas lutas para os próximos enfrentamentos contra a democracia burguesa.

